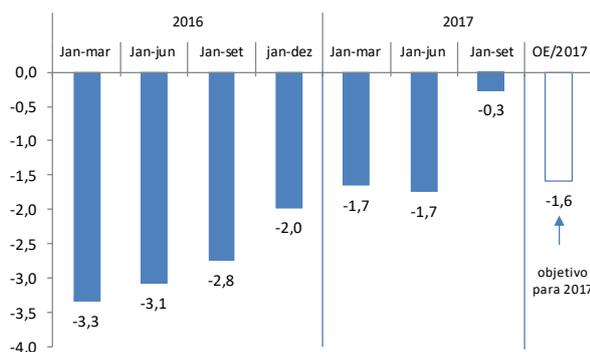


A presente nota rápida tem por base as contas nacionais trimestrais por setor institucional, apuradas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), divulgadas no dia 22 de dezembro. Os resultados até ao 3.º trimestre de 2017 incorporam ainda as revisões publicadas pelo INE na mesma data. Esta informação antecede uma análise trimestral mais detalhada, que será divulgada na primeira quinzena de janeiro de 2018.

**1 O défice das administrações públicas acumulado entre janeiro e setembro de 2017 cifrou-se em 0,4 mil M€, em contabilidade nacional, o correspondente a 0,3% do PIB.** O défice apurado pelo Instituto Nacional de Estatística para os primeiros três trimestres de 2017 coincide com o valor central da estimativa avançada para o défice realizada pela UTAO no início de dezembro, publicada na Informação técnica da UTAO n.º 37/2017. Este resultado representa uma redução de 2,5 p.p. do PIB acumulado até setembro face a igual período do ano anterior, na ordem dos em 3,4 mil M€ (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Saldo trimestral das administrações públicas (em percentagem do PIB)



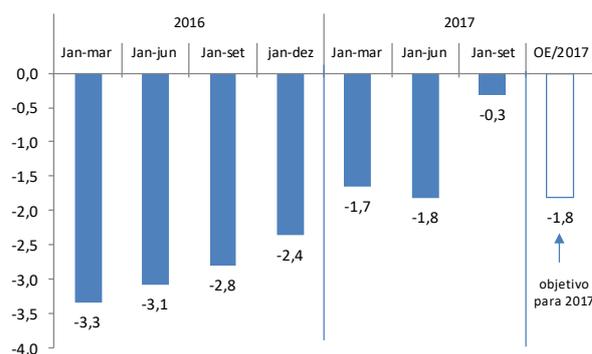
Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Notas: Valores não ajustados de operações de natureza *one-off*. Na sequência das revisões publicadas pelo INE, o défice do 1.º semestre de 2017 alterou-se de 1,9% para 1,7% do PIB.

**2 Ajustado de operações de natureza *one-off* o défice situou-se igualmente em 0,3% do PIB.** Até setembro, de acordo com a informação disponível até à data, foi recuperada parte da garantia concedida ao BPP, no valor de 70 M€, operação que assume uma natureza *one-off*. Para o conjunto do ano, contudo, o OE/2017 previa que fossem recuperados 450 M€, montante que poderá vir a não ser concretizado na sua totalidade. Adicionalmente concretizou-se em setembro a entrega de aviões F-16 à Roménia, cujo impacto no défice é também considerado como *one-off*. Em 2016, realizou-se também no 3.º trimestre uma operação idêntica. Face a idêntico período de 2016, o défice acumulado até setembro registou igualmente uma redução de 2,5 p.p. do PIB (Gráfico 2).

**3 O défice registado até setembro situou-se claramente abaixo do objetivo de 1,6% do PIB definido no OE/2017 (Gráfico 1) e da estimativa atualizada para 2017 de 1,4% do PIB divulgada pelo Ministério das Finanças no OE/2018.** No último trimestre de 2017 é, contudo, previsível que o défice global se aproxime mais do objetivo anual em virtude de um conjunto de pressões e que evidencie uma melhoria menos acentuada face ao período homólogo. Desde logo, por via de um efeito de base positivo sobre o

saldo orçamental de 2016 associado ao Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES) e à devolução a Portugal de parte das *pre-paid margins* do Fundo Europeu de Estabilização Financeira, que tiveram lugar no 4.º trimestre de 2016 e que no conjunto ascenderam a 0,4% do PIB anual. Por sua vez, a alteração do perfil de pagamento do subsídio de Natal aos funcionários públicos e pensionistas, de um sistema em duodécimos em 2016 para um sistema em que metade é paga em duodécimos e outra metade é paga no final de 2017, que beneficiou o défice em termos acumulados até setembro, deverá conduzir a um agravamento do défice no último trimestre de 2017. Este efeito de aumento de despesa, líquido do respetivo acréscimo de contribuições sociais, é estimado em cerca de 0,8% do PIB. A estes efeitos somam-se ainda a eliminação gradual da sobretaxa de IRS ao longo do ano de 2017, que deverá conduzir em termos anuais a uma perda de receita de cerca de 0,1% do PIB, mais concentrada no final do ano, e a atualização de pensões com efeitos a partir de agosto de 2017, que se traduz, de acordo com o Relatório do OE/2017, num acréscimo anual de despesa em 0,1% do PIB necessariamente mais concentrada no 4.º trimestre.

Gráfico 2 – Saldo das administrações públicas excluindo o efeito de medidas *one-off* (em percentagem do PIB)



Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Nota: As medidas *one-off* consideradas encontram-se descritas na Caixa 1.

#### Caixa 1 – Medidas *one-off*

A interpretação adequada dos principais agregados orçamentais requer a exclusão de fatores de natureza temporária e não recorrente considerados como medidas *one-off*. Deste modo, para efeitos da análise excluiu-se o impacto das seguintes medidas:

**2016:** (i) Devolução de *pre-paid margins* do Fundo Europeu de Estabilização Financeira; (ii) Acerto de contribuições para a UE; (iii) Entrega de F-16 à Roménia; (iv) Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES).

**2017<sup>(1)</sup>:** (i) Entrega de F-16 à Roménia; (ii) Recuperação de garantia do BPP.

Nota: (1) De acordo com informação disponível até à data, foram recuperados 70 M€ da garantia do BPP até setembro de 2017, que o OE/2017 previa que pudesse ascender a 450 M€. Por ocasião do OE/2017 não se encontravam ainda considerados no saldo orçamental para 2017 os swaps do STCP e Carris, pelo que esta medida *one-off* equiparada a assunção de dívida não foi considerada no ajustamento do saldo orçamental global previsto no objetivo oficial para 2017.